

O governo, distante das idéias do PMDB

JOCIMAR NASTARI
e MURILO MURÇA

As propostas econômicas para a futura Constituição apresentadas pelos relatores indicados pelo PMDB — e quase todas derrotadas

nas subcomissões, espelham de fato o programa do partido. Um programa não encontrável, no entanto, em 90% dos gabinetes de senadores e deputados do partido. Depois de procurá-lo em 20 desses gabinetes, a reportagem de O Estado foi obrigada a dirigir-se diretamente ao escri-

tório da liderança do PMDB, para encontrar um empoeirado exemplar, editado em 1986.

A grande maioria dos deputados e senadores do PMDB demonstra em conversas e entrevistas pouca familiaridade com o programa e, um

número significativo deles tem claras divergências, principalmente pelo caráter estatizante das linhas pragmáticas do partido. Os relatores e o grupo diretamente liderado pelo senador Mário Covas (SP), no entanto, estão em condições de recitar seus tópicos tão bem quanto o grupo

de evangelistas sabe citar versículos da Bíblia em plenário.

Depois da saída dos ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Dilson Funaro — este com os ventríloquos do PMDB João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga

Belluzzo —, também o governo Sarney vai esquecendo o texto programático do PMDB, há muito em desuso em sua aplicação na realidade econômica. A seguir, um quadro do que dita esse programa desconhecido, como o governo o lê e para onde a Constituinte o leva.

O PROGRAMA DO PARTIDO



O PMDB de Tancredo Neves está longe do governo Sarney

● **Crescimento** — O programa partidário do PMDB impõe a seus filiados a luta pelo crescimento econômico, acelerado, condicionado à imediata distribuição de renda entre pessoas, camadas sociais, setores econômicos e regiões. Prega o desenvolvimento harmônico da economia, repudiando a tese de que para o combate à inflação é necessária a recessão.

● **Inflação** — O PMDB não tem uma receita programática para o combate à inflação, limita-se a condená-la e proibir que isto se faça à custa de redução do emprego e do crescimento. O programa aponta como principais causas das elevadas taxas inflacionárias a especulação fundiária e financeira, sendo a última a principal responsável pelo problema.

● **Juros** — "O regime (refere-se ao programa à "Velha República") transformou o sistema financeiro numa orgia especulativa institucionalizada." Propõe, como solução, fiscalização mais rígida sobre as instituições financeiras e maior intervenção do Estado, através dos bancos oficiais para oferecer menores taxas ao mercado.

● **Dívida** — Para a interna, o partido defende que o seu papel seja o de promover o desenvolvimento. Para a dívida externa, o PMDB defende sua subordinação ao desenvolvimento nacional, devendo ser negociada, centralizando-a. Propõe, ainda, redução de importações e aumento das exportações, sem comprometer a oferta de alimentos no mercado interno.

● **Capital estrangeiro** — O PMDB considera requisito essencial a transferência para o País dos centros de decisão econômica, hoje parcialmente no Exterior, e a imediata limitação às multinacionais no País. Controle mais eficaz dos fluxos de dívidas remetidas aos Exterior e controle prévio para a entrada de multinacionais.

● **Salário** — Ponto fundamental, segundo o programa do PMDB, para efetiva distribuição de riqueza e participação do trabalhador na renda nacional. O partido defende o

salário mínimo como proteção dos trabalhadores precariamente organizados, reajustes salariais de acordo com a inflação (cujos índices seriam fiscalizados pelos trabalhadores). Defende, ainda, salário móvel, reajustando sempre que o índice de custo de vida subir 10%, além da estabilidade no emprego.

● **Intervenção do Estado** — O PMDB pretende programaticamente que o Estado detenha o poder decisório sobre os fluxos básicos de investimentos na economia. "Enquanto o grande capital retiver poderes irrestritos de investir, desinvestir e orientar os investimentos, a redistribuição de renda está bloqueada. A enorme massa de recursos estatais deve ser orientada para erradicar a miséria, sem prejuízo do crescimento.

● **Habituação** — O partido se compromete a lutar por um programa habitacional acessível às grandes massas, a ser tornado exequível mediante subsídios diretos. Os mais desfavorecidos devem ser financiados por dotações orçamentárias a fundo perdido. O PMDB também quer revisar a Lei do Inquilinato e implantar uma política de barateamento da construção e barateamento do solo urbano.

● **Pequena e média empresas** — A proposta do partido é de que essas empresas tenham financiamento a longo prazo em volume e a custos condizentes com suas necessidades e possibilidades de expansão e modernização, assistência técnica, tratamento fiscal diferenciado, que lhes permitam absorver maiores aumentos de salários.

● **Política Agrícola** — Pelo PMDB, ela está diretamente vinculada à política agrária, e deve ter como objetivo primordial alimentar o povo brasileiro, e não sustentar a indústria e o consumo de luxo. Para isso, seria necessária política de crédito, preços compensatórios, armarização, órgãos estatais de comercialização, preservação do solo e do meio ambiente. E, fundamental, a reforma agrária.

O QUE O GOVERNO FAZ



Sai Funaro, entra Bresser: acentuam-se as diferenças.

● **Crescimento** — A ordem é crescer com moderação em 1987, no máximo 4,5%. Para chegar a esta meta, o setor industrial não poderá crescer mais do que 3,5%, com os setores agrícola e de serviços compondo o resto da taxa global. Estes 3,5% representarão, na realidade, crescimento inferior a 1% real, já que a taxa média de crescimento demográfico do País é superior a 2,5%.

● **Inflação** — Um novo choque está afastado, oficialmente. O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, tenta controlar administrativamente a inflação. E de entendimento dentro e fora do governo que Bresser terá mais três meses para baixar a inflação do patamar superior a 20%. Se isto não acontecer, o governo estará mais perto do que nunca de um novo choque.

● **Juros** — Bresser e o Banco Central implementam uma política de juros reais, a mesma de Dilson Funaro. As taxas devem ser mantidas positivas (acima da inflação), para que não ocorra fuga de capitais para o Exterior, formação de estoques especulativos e diminuição drástica da poupança interna.

● **Dívida** — A moratória será mantida até que melhorem as condições de pagamento da dívida e a comunidade financeira internacional volte a emprestar ao Brasil, garante Bresser Pereira. Mas ir ao FMI não é mais um palavrão. O ministro pretende fechar um acordo informal com o Fundo, a partir do plano econômico que divulgará dentro de 15 dias, para que os bancos voltem a emprestar.

● **Capital Estrangeiro** — O governo aceitará com muita alegria novos investimentos externos no País. Sabe que isso só ocorrerá se fechar um acordo com os credores. Bresser não fala sobre o assunto, mas está achando que o excesso de nacionalismo da Constituinte poderá criar entraves maiores para a entrada de capital estrangeiro.

● **Salário** — O gatilho salarial permanece como o melhor mecanis-

mo que o governo dispõe atualmente para garantir os reajustes dos salários num processo de inflação alta. Bresser sabe que o gatilho não recompõe com a mesma velocidade da evolução da inflação o poder de compra dos salários, mas mesmo assim o gatilho garantiu, até agora, que a desaceleração econômica não fosse maior. Para Bresser, aumentos reais de salários só com aumento da produtividade.

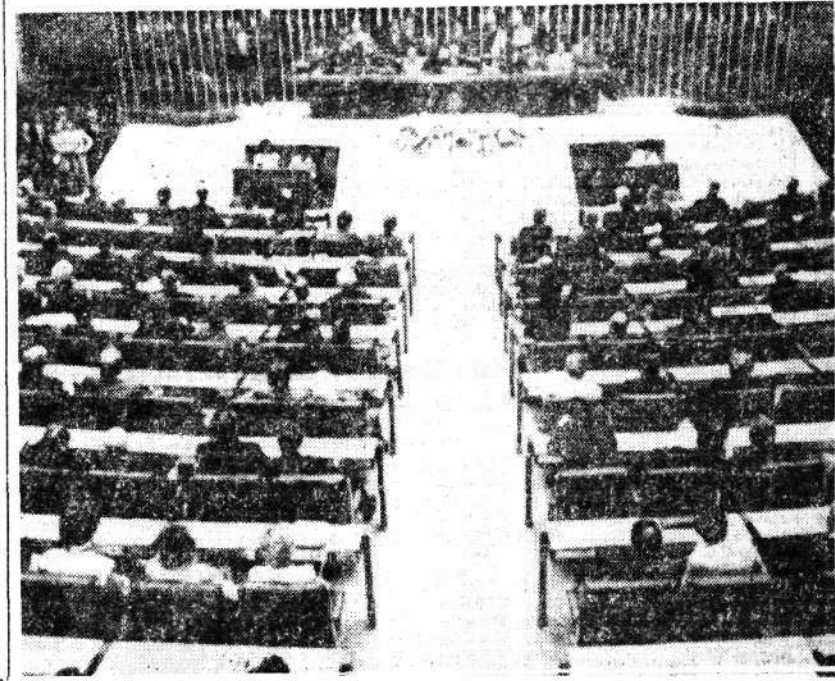
● **Intervenção do Estado** — Bresser e outros setores econômicos do governo defendem uma menor participação direta do Estado na economia e a redução do seu poder de regulação. Essa tese é defendida já há alguns anos, mas nada de substancial aconteceu neste sentido. Recentemente, uma medida contrariou essa pregação: a limitação dos aumentos dos preços industriais e tarifas públicas em 80% da inflação e em períodos mínimos de 30 dias.

● **Habituação** — O Plano Cruzado, suas conseqüências e a indefinição de política econômica desorganizaram o setor, inicialmente descapitalizado e hoje sem planos e normas para aplicar um trilhão de cruzados. Os planos do Ministério do Desenvolvimento Urbano, ainda não aprovados, são de priorizar o atendimento à população de renda entre um e oito salários mínimos.

● **Pequena e média empresas** — Um dos problemas mais graves dessas empresas, o alto endividamento, foi gerado por estímulo do próprio governo, durante os primeiros meses do Plano Cruzado. Confiando na nova política econômica os empresários captaram dinheiro a juros baixos e agora não possuem meios de saldar os débitos, em conseqüência das elevadas taxas de juros.

● **Política Agrícola** — O atual governo e os anteriores, até agora, não conseguiram definir uma política agrícola digna deste nome. As perspectivas de plantio para a safra 1987/1988 são uma incógnita. Em função das altas taxas de juros e dos preços fracos dos produtos agrícolas, o País poderá passar de uma safra recorde para uma que poderá criar problemas de abastecimento.

O QUE QUER A CONSTITUINTE



Na Constituinte, derrota das propostas programáticas

● **Crescimento** — A maioria dos integrantes das subcomissões ligadas à economia procura vincular o crescimento econômico à iniciativa privada, com valorização do trabalho e redistribuição de renda. Os privatistas, hoje em maior número, pretendem que esse crescimento seja pelo estímulo à iniciativa privada; os estatizantes pela expansão do Estado como agente econômico.

● **Inflação** — Se depender das propostas de controle de orçamento e gastos do governo, assim como de sua política monetária e cambial, o problema da inflação estaria resolvido, pelo menos no papel. Não há perspectivas coerentes, até o momento, de criação de mecanismos operantes e eficazes para isso, principalmente se o controle for carregado integralmente para o Legislativo.

● **Juros** — A proposta de limitação em 12% ao ano das taxas de juros já caiu e dificilmente será revivida na Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças. Com apoio variado, o PMDB pretende aumentar a participação dos bancos oficiais para maior controle da oferta de recursos e respectivas taxas.

● **Dívida** — O Congresso pretende, também neste aspecto, aumentar seus poderes, autorizando ou não empréstimos e avais. Isto no aspecto de controle processual. De outro lado, pela obrigatoriedade de previsão orçamentária e programa de aplicação em consonância com planos de metas de governo, tudo passando por votação do Senado Federal e Câmara dos Deputados.

● **Capital estrangeiro** — A proposta inicial, imposta pelo PMDB, era de um controle excessivo sobre as empresas e capitais estrangeiros. Ela foi vencida pela do grupo liberal, também radical, e que retira os controles do Estado sobre o capital estrangeiro, reforçada pela redefinição de empresa nacional. Os próprios liberais consideram a proposta vitoriosa um perigo à empresa nacional e vão negociar uma solução intermediária.

● **Salário** — As esquerdas se impuseram nessa área da Constituinte,

tanto pela preferência dos pequenos partidos como pelo reforço do PMDB. As teses aprovadas até o momento são progressistas, mas correm o perigo de serem derrubadas por, em alguns casos, comprometer a saúde das empresas e governos. Se muito avançada, essa legislação poderá simplesmente "não pegar", embora a nível constitucional.

● **Intervenção do Estado** — A situação está totalmente radicalizada sobre a abrangência do Estado. As esquerdas, de um lado, querem um Estado todo-poderoso, mas sob controle da sociedade organizada, os liberais, que o governo preste serviços públicos, dite poucas e simples normas, mas não atue na economia produtiva, limitando-se a fiscalizar o cumprimento de normas contra o abuso do poder econômico e em favor do consumidor. Deve prevalecer o equilíbrio.

● **Habituação** — Apesar de determinar na abertura do capítulo da questão urbana que os brasileiros deverão ter moradia digna, não há dispositivos constitucionais propostos e aprovados neste sentido, até o momento. As propostas vencedoras, até agora, são um retrocesso em relação à autonomia municipal e centralizam controles e poder de normatização na União e no Legislativo.

● **Pequena e Média Empresas** — É um dos poucos setores que parece ter vitória assegurada. Todas as propostas de tratamento privilegiado estão sendo aprovadas e é considerada quase certa a aprovação de imunidade tributária para as microempresas, a níveis federal e estadual. Somente o município as tributaria.

● **Política Agrícola** — Nada foi definido a este respeito pela Constituinte, já que discussões do capítulo foram polarizadas pela reforma agrária. Os grandes proprietários venceram o primeiro round, mas temem a revanche de plenário. Por isso, negociam uma lei agrícola que os favoreça em troca de concessões em relação à reforma agrária e limitação de propriedade.